

Afif submete seu programa de governo aos economistas

Brasília — O candidato à presidência da República pelo PL, deputado Afif Domingos, se reúne hoje com os economistas Paulo Guedes, Geraldo Bulhões e o presidente da CGT, Rogério Magri na fundação Getúlio Vargas, localizada na praia de Botafogo (Rio). O objetivo do encontro é colocar em discussão a situação econômica atual. Na ocasião Afif apresentará o programa de governo do PL, que, na sua visão, contém todos os mecanismos necessários para que o Brasil saia da crise. "Somente um candidato eleito com um programa econômico pré-estabelecido será capaz de reconduzir este País. Estamos colocando nosso programa em discussão para demonstrar a necessidade de se antecipar a posse do novo presidente", disse Afif.

Afif explica que o seu programa de governo demonstra quais são as medidas capazes de conter a inflação. Ele diz que não está preocupado com as pesquisas: "Eu estou preocupado é com as idéias e as propostas dos candidatos". Afif considera que somente um presidente eleito pelo povo será capaz de tomar as providências necessárias para a retomada da economia brasileira, por isso está pedindo a todos os setores que apoiem a sua proposta de antecipar a posse para 1º de janeiro de 1990 e não 15 de março, como prevê a Constituição.

Corte a subsídios

O deputado já elaborou um pro-



Carlos Menandro

Afif: Plano de emergência

grama de emergência contra a inflação a ser implantado nos seus primeiros 18 meses de governo, caso ele seja o eleito de 15 de novembro. "Serão 18 meses duros, de me-

didias enérgicas, mas com os encargos divididos entre povo, empresários e Governo", afirma.

O programa de emergência proposto por Afif tem por base as seguintes medidas:

- O Estado vai ter que voltar às suas funções originais e investir na igualdade e na oportunidade para as áreas da educação e saúde.

- A garantia dos direitos da cidadania será baseada na justiça e na segurança.

- Prioridades de infraestrutura para a promoção do desenvolvimento econômico-social nas áreas de transportes, comunicação, energia, saneamento e irrigação.

- Durante os 18 meses só serão mantidas as estatais que se enquadram nestes programas. As demais ou serão vendidas, ou desativadas.

- Corte imediato de todos os subsídios e incentivos.

- Paralisação ou redução de grandes obras. Nos 18 meses ele se concentrará em pequenas e médias obras, nas áreas de saneamento, habitação e conservação de estradas.

- Incentivos aos municípios para que abram frentes de trabalho.

- Só serão mantidos subsídios para a cesta básica e medicamentos. Os componentes que irão integrá-la serão discutidos com a iniciativa privada e a Igreja.